

Justiça apura aterro ilegal de manguezal

A Curadoria de Meio Ambiente da Justiça de Vila Velha abriu inquérito civil para apurar o aterro numa área de manguezal na Barra do Jucu de propriedade do prefeito eleito Vasco Alves. O pedido de investigação partiu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e uma vistoria realizada no local indicou que a área está protegida pela legislação por se tratar de margem de rio e mangue e também por pertencer à reserva de Jacarenema.

De acordo com o curador Gilberto Toscano, Vasco Alves pode responder por crime ecológico caso se constate que ele aterrou área de preservação natural. Caso isso seja comprovado, o prefeito eleito terá que recuperar a área e também estará sujeito a uma multa a ser arbitrada pela Justiça.

Sem escritura

Gilberto Toscano foi designado pa-

ra apurar o caso pela Coordenadoria de Proteção ao Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural e Natural do Ministério Público, para onde a Seama enviou ofício. Ele recebeu a documentação no dia 27 de setembro último e ontem tomou o primeiro depoimento, que foi o de Vasco Alves.

O prefeito eleito apresentou vários documentos que foram anexados ao inquérito. Entre eles, estão dois recibos de compra de terra, que datam de 1986. Através deles, Vasco quis comprovar a compra da área que ele alega não pertencer à reserva de Jacarenema. O prefeito eleito não tem escritura das terras, porque, segundo ele, a aquisição dos terrenos naquela região se deu através da posse. Quanto ao aterro, Vasco alega que foi realizado antes da compra.

Para demonstrar que a área não pertence à reserva de Jacarenema, o prefeito eleito apresentou uma declaração do relator do processo de tombamento da reserva no Conselho Estadual de Cultura, Kleber Galveas, na qual está mencionado que o terreno em questão não está incluído na reserva. Esta informação, entretanto, difere de vistoria feita em 1989 no terreno pela

bióloga da Seama, Marta Maria Abaurre da Silva. A bióloga localizou um aterro de três mil metros quadrados próximo à ponte do Rio Jucu, que datava de um ano e que, segundo o vigia do local na época, Cydi Martinez, pertencia a Vasco Alves. Segundo levantamentos da bióloga, a área também compreendia a reserva de Jacarenema.

O curador Gilberto Toscano disse que vai pedir uma nova vistoria no local, que será feita pelos técnicos da Seama, a entidade equipada para este tipo de apuração. Ele quer saber quando foi feito o aterro, o material utilizado e também se a área pertence à reserva. Ele lembrou que o prefeito eleito só poderá ser acusado de estar destruindo a reserva caso esta esteja delimitada, o que parece ainda não ter ocorrido, segundo informações que possui.

A diretora da Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu (Amabarra), Teresa Baracho, disse que a demarcação da reserva é uma antiga reivindicação da comunidade local. Ela informou que a falta dos limites vem criando muitos conflitos, prejudicando ou ajudando pessoas conforme sua força política.